

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.623.545 - RJ (2014/0140468-3)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADOR : ALICE VORONOFF E OUTRO(S)
RECORRIDO : MAURÍCIO RUAS PEREIRA
RECORRIDO : JAMES TUBENCHLAK - ESPÓLIO
REPR. POR : TÂNIA TUBENCHLAK - INVENTARIANTE
RECORRIDO : MAURICIO HELAYEL
RECORRIDO : ALBENZIO PINHEIRO RANGEL
RECORRIDO : ARTHUR PONTES TEIXEIRA
RECORRIDO : LUIZ ALMEIDA DO VALLE
RECORRIDO : FERDINANDO JOSÉ DIANCHINI LATGÉ
RECORRIDO : JOSÉ CANDIDO BRASIL
RECORRIDO : MICHEL MERHY
RECORRIDO : EVANDRO BARBOSA STEALE
RECORRIDO : JOAO BAPTISTA STORDUTO DE CARVALHO
RECORRIDO : MARLI RIBEIRO - ESPÓLIO
REPR. POR : JOÃO RIBEIRO - INVENTARIANTE
RECORRIDO : MÁRCIA PAIVA ARELLANO - ESPÓLIO
REPR. POR : DILZA SILVEIRA GOMES - INVENTARIANTE
RECORRIDO : JOÃO BATISTA PETERSEN MENDES - ESPÓLIO
REPR. POR : EDDA MARIA DE ABREU PETERSEN MENDES -
INVENTARIANTE
RECORRIDO : ELOYSIO VIEIRA DE ALMEIDA
RECORRIDO : DÉCIO LUIZ GOMES
RECORRIDO : RUY SOARES BARBOSA JÚNIOR
RECORRIDO : CARLOS JOSÉ MARTINS GOMES
RECORRIDO : WALDIR DE MATTOS SIQUEIRA
RECORRIDO : MÁRIO FERREIRA DOS REIS - ESPÓLIO
REPR. POR : ERMEZINDA ESTEVES DOS REIS - INVENTARIANTE
RECORRIDO : ROBERTO PONTES DIAS
RECORRIDO : PAULO BOUÇADA TASSARA - ESPÓLIO
REPR. POR : PATRICIA FELIX TASSARA - INVENTARIANTE
RECORRIDO : EDUARDO PORTELLA - ESPÓLIO
REPR. POR : IRENE D'ÁVILA MELLO PORTELLA - INVENTARIANTE
RECORRIDO : FERNANDO LUCIO LAGOEIRO DE MAGALHÃES
RECORRIDO : GERSON NICÁCIO GARCIA
RECORRIDO : JOSÉ PIRES RODRIGUES - ESPÓLIO
REPR. POR : MÁRCIA ALVARES PIRES RODRIGUES -
INVENTARIANTE
RECORRIDO : EDSON PEREIRA DA SILVA
RECORRIDO : MAURÍLIO BERNARDES MIGUEL
RECORRIDO : CLÁUDIO ANTHERO DE ALMEIDA
RECORRIDO : CHRISTINO ALMEIDA DO VALLE
RECORRIDO : JOSÉ SERTÃ CAMÕES

Superior Tribunal de Justiça

RECORRIDO : SÁVIO SOARES DE SOUZA
ADVOGADOS : RENATO LUIZ GAMA DE VASCONCELLOS E OUTRO(S) -
RJ090104
ANDRÉ ANTÔNIO SERRANO BATISTA - RJ168170
RECORRIDO : HUGO JERKE
RECORRIDO : MARCELO ANTÔNIO DE MENESES OLIVEIRA
RECORRIDO : NICANOR MEDICI FISCHER
RECORRIDO : STENIO LUTGARDES NEVES
RECORRIDO : ARTHUR LEONARDO DE SÁ EARP
RECORRIDO : EDUARDO OTHELO GONÇALVES FERNANDES
RECORRIDO : HERMESINDA OLIVEIRA CAVALCANTI DA ROCHA
RECORRIDO : OCTÁVIO DE FREITAS
RECORRIDO : LOURINEIDE DE ARRUDA XAVIER - ESPÓLIO
REPR. POR : CAROLINE XAVIER RASSARA - INVENTARIANTE
RECORRIDO : ZILMA DE CASTRO CUNHA ALMEIDA
RECORRIDO : SONIA MARIA MORET FREIRE LOURENÇO
RECORRIDO : JOSÉ IVANIR GUSSEM
RECORRIDO : CARLOS EDUARDO BOUÇADA TASSARA - ESPÓLIO
REPR. POR : CAROLINE XAVIER RASSARA - INVENTARIANTE
RECORRIDO : JÚLIO CÉSAR SOUZA BALTHAREJO
RECORRIDO : GERARDO RANGEL DOS SANTOS
RECORRIDO : BRAZILMAR MORAES PINHEIRO
RECORRIDO : DRAUSIO RODRIGUES LOURENÇO
RECORRIDO : HÉDEL LUIS MARA RAMOS
RECORRIDO : ADIR MARIA DE ANDRADE EQUI
RECORRIDO : OMAR GAMA BEN KAUSS
RECORRIDO : ANA MARIA GATTÁS BARA
RECORRIDO : GIUSEPPE ITALO BRASILINO VITAGLIANO
RECORRIDO : AQUILINO PINTO FIGUEIREDO
RECORRIDO : ROBERTO FREDERICO SANCHEZ - ESPÓLIO
REPR. POR : CYNTHIA DE TOLEDO SANCHEZ - INVENTARIANTE
RECORRIDO : RONALDO SIMÃO
RECORRIDO : VICTÓRIA SIQUEIROS SOARES LE COCQ D'OLIVEIRA
RECORRIDO : IRIS GAMEIRO SEIFFERT
ADVOGADO : DUVAL VIANNA E OUTRO(S) - RJ020526

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Estado do Rio de Janeiro** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 208):

Agravo de instrumento contra decisão que, em ação proposta pelos Agravados, rejeitou as impugnações aos cálculos

Superior Tribunal de Justiça

apresentadas pelo Agravante, além de determinar o retorno dos autos à Central de Cálculos para unificação e atualização de dois cálculos, para posterior expedição de precatório complementar.

Nulidade da decisão que apreciou embargos de declaração contra decisão agravada não verificada.

Questões suscitadas pelo Agravante foram atingidas pela preclusão, pois a decisão que confirmou a validade do precatório expedido não foi por ele impugnada.

Expurgos inflacionários dos meses de abril de 1990 a fevereiro de 1991 que foram corretamente incluídos nos cálculos, pois já consagrados na jurisprudência.

Cálculos que observaram o que foi estabelecido na carta de sentença. Adoção do índice de 70,28% para janeiro/89 que foi expressamente determinada em decisão contra a qual não se insurgiu o Agravante e não pode, assim, ser modificada.

Precedentes do STJ.

Juros de mora que foram calculados a partir de cada vencimento após a citação, tendo sido observado o disposto no artigo 219 do CPC. Parâmetro adotado para o cálculo das diferenças do vencimento que observou a forma de cálculo determinada quando teve início a execução provisória. Expedição de precatório complementar que não foi objeto da decisão agravada.

Desprovimento do agravo de instrumento.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 220/223)

A parte recorrente aponta violação aos arts. 468, 475-G e 535, II, do CPC/73; 1º-E da Lei nº 9.494/97; e 884 do Código Civil. Sustenta, além de negativa de prestação jurisdicional, violação à coisa julgada, sob o argumento da não aplicação do instituto da preclusão do caso, pois, *"Ainda que, em algumas oportunidades, o Estado tenha demorado para se manifestar, fato é que o ente público jamais se manteve inerte quanto à sua discordância em relação aos cálculos. O réu nunca concordou expressamente com os valores que, ao seu ver, não foram corretamente calculados. Além do mais, há fatores evidentes que dificultaram, no passado, a manifestação célere do ente público, como o volume dos autos (demanda iniciada em 1978), a multiplicidade de autores e as conhecidas dificuldades da burocracia estatal"* (fl. 271).

Defende que *"O Estado não pode compactuar com a correção monetária utilizada até o presente momento para atualizar as diferenças devidas. Realmente,*

Superior Tribunal de Justiça

está-se diante da aplicação de índices não oficiais de inflação fora dos períodos expressamente consignados na decisão proferida na Carta de Sentença. A questão é simples. A decisão de fls. 248/252 da Carta de Sentença (fls. 1724/1728 dos AJ) abrangeu exclusivamente a aplicação dos índices nos meses de janeiro de 1989 e março de 1990" (fls. 271/272), bem como que "o Estado do Rio de Janeiro jamais concordou com a substituição do BTN pelo IPC. E nem poderia fazê-lo, já que concordaria com o verdadeiro enriquecimento ilícito dos autores (artigo 884 do Código Civil) e violação à coisa julgada (arts. 468 e 475-G do CPC). Não há, definitivamente, razão que justifique a utilização do IPC nos meses em questão, que é índice não oficial de inflação" (fl. 272).

Reforça, por fim, que "houve franco descumprimento da decisão exarada no bojo da Carta de Sentença. Isso fica nítido, aliás, pela manifestação da Contadoria do Juízo de fls. 1925/1926, em que se reconheceu expressamente a adoção de critério distinto daquele outrora definido pelo juízo" (fl. 275).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 – relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 – devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

A irresignação não comporta acolhida.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535, II, do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, extrai-se do aresto recorrido a seguinte fundamentação (fls. 209/212):

Superior Tribunal de Justiça

No mérito, o agravo de instrumento não merece prosperar, pois foram corretamente rejeitadas as impugnações aos cálculos apresentadas.

Com efeito, efeito, como bem assinalado pelo MM. Juízo a quo, a decisão de fls. 2038/2040 (ANEXO IX — apenso) confirmou a validade do precatório expedido, e contra ela não foi interposto qualquer recurso.

Além disso, o referido precatório observou os cálculos de fls. 945/1110 (ANEXOS IV e V em apenso), contra os quais o Agravante não se insurgiu, embora deles tenha sido cientificado (fls. 1114 e 1114, verso — ANEXO V em apenso).

Dessa forma, as questões suscitadas pelo Agravante foram atingidas pela preclusão, como corretamente assinalado na decisão agravada.

Todavia, ainda que assim não fosse, melhor sorte não advém para o Agravante.

Sustenta o Agravante que devem ser afastados os índices não oficiais de inflação nos meses de abril de 1990 a fevereiro de 1991, mantendo-se a aplicação do IPC dos meses de janeiro de 1989 e março de 1990, aquele no percentual de 42,72%.

De fato, os cálculos de fls. 1481/1597 (ANEXO VI, em apenso), incluíram os expurgos inflacionários dos meses de abril de 1990 e de fevereiro de 1991 (fl. 1481 — ANEXO VI, em apenso) os quais não haviam sido expressamente mencionados quer na decisão acostada por cópia às fls. 1724/1728 (ANEXO VII, em apenso), quer na decisão de fl. 1478 (ANEXO VI, em apenso) que determinara a retificação dos cálculos.

Todavia, os referidos índices estão consagrados na jurisprudência, e sua inclusão nos cálculos não enseja qualquer acréscimo de valor à condenação imposta ao Agravante, permitindo apenas que seja a mesma devidamente corrigida, preservando o poder aquisitivo da moeda.

Ressalte-se que quanto ao índice de correção monetária do mês de janeiro de 1989, que observou o percentual de 70,28%, também não assiste razão ao Agravante.

Como bem assinalado pela decisão de fls. 31/44, a adoção do índice de 70,28% foi expressamente determinada na decisão de fl. 1.478 (ANEXO — VI) e já havia sido objeto de decisão na carta de sentença (fls. 1.724/1.728 — ANEXO VII), contra a qual não se insurgiu o Agravante, decisão que transitou em julgado e não pode ser modificada.

(...)

Também não assiste razão ao Agravante quanto ao termo inicial dos juros de mora, uma vez que, como se vê dos critérios de cálculo adotados na decisão agravada (fls. 1481/1597 — Anexos VI e VII em apenso) os juros foram calculados a partir de cada vencimento após a citação, tendo sido observado o disposto no artigo 219 do Código de Processo Civil.

Superior Tribunal de Justiça

Quanto ao parâmetro adotado para o cálculo da diferença de vencimentos, correta também a decisão impugnada, pois como se pode verificar das informações prestadas pela Contadoria Judicial às fls. 1696/1698 e 1925/1926 (Anexos VII e VIII em apenso), foi rigorosamente observada a forma de cálculo determinada quando teve início a execução provisória (fls. 1724/1728 — Anexo VII em apenso).

Por fim, quanto ao precatório complementar, não há como se acolher a pretensão do Agravante, pois, como se infere da parte final da decisão agravada (fl. 44), não foi determinada sua expedição.

Dessa forma, correta a decisão de fls. 31/44, tendo sido apreciadas detidamente todas as impugnações formuladas pelo Agravante.

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, firmada no sentido de que houve inércia do ora recorrente, bem como pela correção dos cálculos realizados, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Em reforço, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. SUPOSTA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. PRECLUSÃO E PRESCRIÇÃO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. FALTA DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. INÉRCIA DA AGRAVANTE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NO RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 535 do CPC/1973. 2. Não se conhece do recurso especial quando a parte deixa de impugnar a fundamentação suficiente para a manutenção do julgado (Súmula 283/STF).

3. Quanto à alegação de iliquidez do título e consequentemente suspensão do prazo prescricional, verifica-se que o Tribunal de origem concluiu que houve inércia da parte na fase da

liquidação.

Nesse contexto, para se adotar qualquer posição em sentido contrário ao que ficou expressamente consignado, seria necessário o reexame do conteúdo fático probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ).

4. A análise acerca da suposta violação a dispositivos constitucionais não é possível na via especial por ser matéria reservada ao Supremo Tribunal Federal, nos termos dos arts. 102, III, da CF/88.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1066514/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/10/2017, DJe 11/10/2017)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA AFASTADA PELA CORTE DE ORIGEM COM FUNDAMENTO NA INEXISTÊNCIA DE INÉRCIA DOS EXEQUENTES. DESCONSTITUIÇÃO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO IMPUGNADA. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULA 284/STF. PRINCÍPIO PROCESSUAL DA UNIRRECORRIBILIDADE. INTERPOSIÇÃO DE DOIS RECURSOS EM FACE DO MESMO JULGADO. NÃO CONHECIMENTO DO SEGUNDO, PROTOCOLADO POSTERIORMENTE, EM RAZÃO DA INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE RECURSAL E DA OCORRÊNCIA DA PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A questão em debate, cinge-se em verificar a ocorrência da prescrição da pretensão executória da sentença proferida na ação de conhecimento, cujo trânsito em julgado se deu em 28.4.2003. Acerca do tema, concluiu a Corte de origem que os Recorridos promoveram os atos necessários ao regular processamento da execução antes do decurso do prazo de prescrição da ação executória e de que não são responsáveis pela estagnação do processo.

2. Restou assentado no julgamento da decisão impugnada de que a desconstituição do julgado, na forma pretendida, qual seja, de que a parte interessada foi negligente em promover as diligências necessárias à propositura da ação de execução, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, por demandar o revolvimento do material fático probatório contido nos autos.

3. O Agravo Regimental apresenta razões totalmente dissociadas dos fundamentos da decisão recorrida, uma vez que trata de suposta violação ao art. 543-B, § 1o. do CPC/73, matéria

Superior Tribunal de Justiça

estranha ao que restou discutido no presente feito. Aplicável, por analogia, o óbice inserto na Súmula 284 do STF.

4. Por fim, verifica-se que a parte Agravante interpôs dois recursos contra a decisão de fls. 336/341. Dessa forma, ante o princípio processual da unirrecorribilidade, foi apreciada a PET 00229821.2015, pois foi a primeira a ser protocolada. A apresentação, pela mesma parte, de dois recursos contra o mesmo decisum, importa na inadmissão do segundo, em virtude da preclusão consumativa. Desse modo, a PET 00229836.2015, de fls. 370/377, não merece ser conhecida.

5. Agravo Regimental a que se nega provimento.

(AgRg nos EDcl no AREsp 486.576/RN, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 14/06/2016)

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. TRIBUNAL DE ORIGEM QUE DIRIMIU A CONTROVÉRSIA DE FORMA SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. OMISSÃO INEXISTENTE. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AFERIÇÃO DA CORREÇÃO DOS CÁLCULOS. REFORMA DO JULGADO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Não subsiste a alegada ofensa do art. 535 do CPC porque o Tribunal de origem enfrentou todas as questões postas, não havendo no acórdão recorrido omissão, contradição ou obscuridade.

2. Para infirmar a conclusão a que chegou o Tribunal de origem acerca da correção dos cálculos do valor devido, seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1504988/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2015, DJe 26/11/2015)

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

